



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

Registro: 2016.0000839332

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0002905-18.2011.8.26.0543, da Comarca de Santa Isabel, em que é apelante SIDNEI RODRIGUES MENDES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado ACONTRANS - ASSOCIAÇÃO DOS CONDUTORES E TRANSPORTADORES.

ACORDAM, em 25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores KIOITSI CHICUTA (Presidente sem voto), RUY COPPOLA E FELIPE FERREIRA.

São Paulo, 17 de novembro de 2016.

Melo Bueno

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

COMARCA: SANTA ISABEL – 2ª VARA JUDICIAL

APELANTE: SIDNEI RODRIGUES MENDES

APELADA: ACONTRANS – ASSOCIAÇÃO DOS CONDUTORES E TRANSPORTADORES

JUÍZA: JULIANA PITELLI DA GUIA

VOTO Nº 38476

**ACIDENTE DE TRÂNSITO – REGRESSIVA –
INDENIZAÇÃO – Colisão traseira – Presume-se a culpa
do condutor do veículo que colide com aquele que está a
sua frente – Não comprovação de fato impeditivo,
extintivo ou modificativo do direito do autor (art. 333, II,
CPC/73) – Ação procedente – Recursos desprovidos.**

Apelação interposta contra a r. sentença de fls. 133/134, acrescida de embargos de declaração a fls. 155/156, que julgou procedente a ação regressiva de indenização, fundada em acidente de trânsito. O apelante assevera, em síntese, culpa exclusiva da vítima ao dirigir de forma imprudente; requer a improcedência da ação (fls. 138/147).

O recurso foi regularmente processado e respondido a fls. 161/165, pleiteando a apelada pela apreciação do agravo retido. Autos redistribuídos nos termos da Resolução 737/2016.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

De início, conheço do agravo retido de fls. 118, eis que reiterada sua apreciação, nos termos do art. 523, do CPC/73, mas a ele nego provimento. Pois, nos termos do artigo 414, § 1º, do CPC/73, a arguição de suspeição, impedimento ou incapacidade, deverá anteceder o depoimento da testemunha e será apresentada logo após a sua qualificação, sob pena de preclusão.

Fica, assim, rejeitado o agravo retido.

Tendo em vista o acidente de trânsito em que se envolveu o veículo de propriedade de Marcos Martines, associado da ACONTRANS, aos 16/12/2010, por volta das 21h29min, quando trafegava pela Av. Salim Farah Maluf, na cidade de São Paulo, e ao parar no sinal semaforico 'amarelo', foi abalroado em sua traseira. Assim, foi proposta a presente ação regressiva, visando haver R\$7.633,92, despendidos para o conserto do carro do associado, conforme demonstram os documentos a fls. 30/44.

Com efeito, pelo conjunto probatório, restou indubitoso que os fatos ocorreram como relatados na inicial, observando-se que o apelante conduzia seu veículo de maneira imprudente, não guardando a necessária distância do veículo que seguia a sua frente, violando o art. 29, II, do CTB. Pois, em se tratando de colisão traseira, presume-se a culpa do condutor do veículo que vem atrás, cabendo-lhe provar que agiu com a devida prudência. Logo, por se tratar de presunção relativa, admite-se prova em contrário, o que não ocorreu, inexistindo qualquer comprovação sequer indício de convicção contrária, não se desincumbindo o apelante do disposto no artigo 333, II do CPC/73.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

Destarte, mesmo que o veículo da frente tenha parado bruscamente, compete ao condutor do veículo que vem atrás tomar todas as cautelas necessárias, na medida em que deveria observar o tráfego à sua frente, mantendo a distância segura e velocidade adequada ao trânsito local, a fim de parar a tempo e evitar a colisão.

Deste modo, a indenização por danos materiais é legítima, razão pela qual a manutenção da r. sentença recorrida pelos seus próprios fundamentos é medida de rigor.

Ante o exposto, nego provimento aos recursos.

FERNANDO MELO BUENO FILHO
Desembargador Relator